

DISCURSOS, PRÁTICAS E DESEJOS: A EDUCAÇÃO ÉTNICA AFRO-BRASILEIRA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A ESCOLA E A VIDA

Alexsandro Rodrigues¹

xela_alex@bol.com.br

UFES/CE

Maria Aparecida Santos Correa Barreto²

cida67@terra.com.br

UFES/PPGE/CE

Resumo: O NEAB/UFES toma por responsabilidade analisar o curso de formação Continuada de professores sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana conforme a Lei nº 10.639/03. Por metodologia investimos em movimentos não lineares, tais como: observação participante, entrevistas, grupos focais. Apontamos que a formação continuada é fundamental para a desconstrução das desigualdades que contribuem para exclusão de grande parcela da população afro-descendente.

Palavras-chave: formação continuada; relações étnico-raciais; educação anti-racismo.

Apesar do empenho de tantos grupos para denunciar a exclusão social e garantir a igualdade de condições, nascer negro no Brasil, está relacionado à probabilidade de ser pobre. Esta situação não pode ser tratada como simples herança da escravidão. O racismo é recriado a cada dia, reforçando um ciclo de desvantagem para os negros. As manifestações de racismo causam danos materiais, simbólicos, políticos e culturais e agridem, acima de tudo, a essência da democracia.

O sistema educacional reproduz com frequência práticas discriminatórias e racistas. Existe um círculo vicioso que combina pobreza, fracasso escolar e marginalização social. A soma destas práticas impede o desenvolvimento dos direitos humanos e o exercício pleno da cidadania

O contexto de educação afro-brasileira nos remete a pensar quais as possibilidades de implementação da Lei 10.639/03 nas salas de aula e num contexto maior, nas escolas e comunidades. Por ser uma temática antiga no Brasil, entendemos que a obrigatoriedade da lei traz consigo a responsabilidade de todos envolvidos com o conceito de democracia e cidadania que se entretecem nas práticas educativas. Como sabemos, não existem conteúdos neutros, precisamos refletir, de que lugares temos produzidos nossas ações, a transposição de conteúdos, de como são ensinados, aprendidos a história africana e afro-brasileiro no contexto de nossas escolas e na educação brasileira.

1 Doutor em Educação.. Professor Adjunto do Centro de Educação da UFES

2 Doutora em Educação, Diretora do Centro de Educação/ UFES, Profª Programa de Pós-Graduação em Educação/UFES, Coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UFES, Coordenadora do Consórcio Nacional dos NEABS.

Reportamos-nos a questão do ensino e do currículo, porque sendo o Brasil, um país irmão do continente africano, em suma, não conseguiu transmitir os caros valores desta cultura a maioria de nossos alunos. Nos deparamos com a falta de formação dos professores que perpetuaram informações conflitivas sobre o território africano, ocultando histórias. Diga-se de passagem, após a abolição da escravatura – marco político da presença africana - ainda não nos recuperamos o suficiente para colocarmos em nossas escolas novas formas de fazer e viver a africanidade presente em nosso cotidiano.

Dessa forma, procuramos caminhos junto a formação de professores para fazer cumprir o que estabelece a Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional, assegurando o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantir igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos os brasileiros.

A revisão da legislação muito contribui para que a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, como medida de reparação aos descendentes de africanos negros dos danos morais, sociais, materiais, educativos e políticos sofridos no período escravista, bem como das políticas implícitas que favoreciam o branqueamento da sociedade brasileira através de privilégios concedidos a poucos com o poder de governar e de influenciar nas decisões políticas do país.

O sucesso das políticas públicas de Estado, institucionais e pedagógicas visando a reparações, reconhecimento e valorização das identidades, das culturas e das histórias dos negros brasileiros dependem necessariamente de condições físicas, materiais, intelectuais, afetivas favoráveis para o ensino e para aprendizagens; em outras palavras, todos os alunos negros e não-negros, bem como seus professores precisam sentir-se valorizados e apoiados. Nosso trabalho no NEABS/UFES tem caminhado numa direção formativa, que objetiva saber para compreender melhor de que forma esta história da cultura africana foi nos contada, estranhá-las e caminharmos juntos no sentido da desconstrução de suas forças e de produzir novos possíveis.

REFERÊNCIAS

DINIZ, M. & VASCONCELOS, R. N. (Org.) **Pluralidade cultural e inclusão na formação de professoras e professores. Gênero. Sexualidade. Raça. Educação especial. Educação indígena.** Educação de jovens e adultos. Belo Horizonte: Formato. 2004.